

PRECONCEITO LINGUÍSTICO E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE LÍNGUA PORTUGUESA: UMA ANÁLISE SOCIOLINGUÍSTICA DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS¹

Lauciene Souza da Costa Oliveira²

RESUMO: O presente artigo analisa como a literatura acadêmica sobre o preconceito linguístico tem contribuído para a formação dos professores de língua portuguesa no que se refere às suas práticas pedagógicas. Utilizou-se como metodologia a revisão bibliográfica e um mapeamento sistemático de teses e dissertações (BDTD) defendidas entre os anos de 2021 e 2025. O panorama revela que os conhecimentos teóricos sobre variação e preconceito linguístico estão presentes nas formações iniciais e continuadas (Bagno, 2007; Bortoni-Ricardo, 2017), porém existe uma discrepância entre o conhecimento teórico e a efetivação nas práticas pedagógicas, sendo possivelmente motivado pela ideologia e crenças dos professores de uma língua única, e pela insuficiência dos respaldos interventivos contidos nos documentos oficiais (BNCC/PCN) e materiais didáticos. Todavia, os dados evidenciam que o Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS) é um forte aliado para desenvolver propostas didáticas de intervenção que contemplem a análise linguística e combatam o preconceito linguístico. Adicionalmente, os estudos apontam a necessidade de focar na formação continuada de natureza reflexiva e interventiva como caminho essencial para transformar a prática docente. Conclui-se que o mero conhecimento da literatura acadêmica não é suficiente, mas exige uma transformação de crenças, valores, além da responsabilidade social em relação às variedades linguísticas.

PALAVRAS-CHAVE: Preconceito linguístico; Variação linguística; Formação de professores; Práticas pedagógicas.

ABSTRACT: The present article analyzes how the academic literature on linguistic prejudice has contributed to the training of portuguese language teachers concerning their pedagogical practices. The methodology utilized was a bibliographical review and a systematic mapping of theses and dissertations (BDTD) defended between the years 2021 and 2025. The panorama reveals that theoretical knowledge about variation and linguistic prejudice is present in initial and continuing teacher training (Bagno, 2007; Bortoni-Ricardo, 2017), yet there is a discrepancy between theoretical knowledge and its effectiveness in pedagogical practices. This discrepancy is possibly motivated by the teachers' ideology and belief in a single language, and by the insufficiency of interventional support contained in official documents (BNCC/PCN) and didactic materials. However, the data evidence that the Professional Master's Program in Literature (PROFLETRAS) is a strong ally for developing didactic intervention proposals that encompass linguistic analysis and combat linguistic prejudice. Additionally, studies point to the need to focus on reflective and interventional continuing education as an essential path to transform teaching practice. It is concluded that the mere knowledge of academic literature is not sufficient, but requires a transformation of beliefs, values, in addition to social responsibility regarding linguistic varieties.

KEYWORDS: Linguistic prejudice; Linguistic variation; Teacher training; Pedagogical practices.

¹ Trabalho apresentado na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso — TCC, ministrada pelo Prof. Dr. Ewerton Ávila dos Anjos Luna, como requisito parcial para a conclusão do curso de Licenciatura em Letras Português-Espanhol da Universidade Federal Rural de Pernambuco — UFRPE, sob orientação da Profa. Dra. Marcela Moura Torres Paim Fernandes. E-mail: marcela.paim@ufrpe.br

² Graduando(a) em Licenciatura em Letras Português-Espanhol pela UFRPE/SEDE. E-mail: lauciene@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

O ensino de língua portuguesa, nas escolas brasileiras, precisa ter como premissa a heterogeneidade da língua, ou seja, suas variações linguísticas, reflexo da diversidade sociocultural do país. No entanto, precisa considerar que a “língua única” ainda predomina como ideológica em muitos espaços educacionais, culminando no preconceito linguístico (Bagno, 2007, p. 34).

A escola, como espaço central na educação, é responsável por mediar os conhecimentos da norma-padrão e das variedades linguísticas. A ideia principal não é substituir, mas integralizar os conhecimentos de forma que ambas sejam contempladas e que possuam igual valor social. Acabar com a dicotomia de “certo” e “errado” e de superioridade de uma sobre a outra. Tornando possível a coexistência de ambas, utilizadas em espaços adequados e para seus devidos fins.

Embora a literatura acadêmica em sociolinguística seja vasta e rica, estudos recentes apontam para a discrepância entre o conhecimento teórico e a efetivação nas práticas pedagógicas dos professores. Por esse motivo, o presente artigo se justifica, pois o mesmo busca avaliar a contribuição teórica nas práticas educacionais dos professores de língua portuguesa, ou seja, a aplicabilidade da teoria.

Dessa forma, o trabalho visa responder à seguinte questão: de que maneira a literatura acadêmica sobre preconceito linguístico tem contribuído para a formação de professores de língua portuguesa, no que tange às práticas pedagógicas voltadas para a variação linguística?

O objetivo geral deste estudo é analisar como a produção acadêmica influencia a formação docente, com os objetivos específicos de: 1) Investigar a presença dos conceitos de preconceito linguístico nos processos formativos e práticas; 2) Analisar as estratégias pedagógicas propostas na literatura para o enfrentamento do preconceito; e 3) Examinar a influência da literatura acadêmica na promoção do reconhecimento e valorização das diferentes formas de fala.

A metodologia adotada combina uma revisão bibliográfica da teoria sociolinguística e sobre a formação continuada, com um mapeamento sistemático de teses e dissertações defendidas no Banco Digital de Teses e

Dissertações (BDTD) entre os anos de 2021 e 2025. O foco é identificar as propostas de intervenção pedagógica nesse *corpus*.

Por fim, o artigo está estruturado em seções: introdução (seção atual); fundamentação teórica; metodologia; análise dos dados e considerações finais, nas quais se discutirá o papel da formação continuada reflexiva e interventiva para transformar as crenças e práticas docentes.

2. VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E O COMBATE AO PRECONCEITO

A definição de língua, de acordo com as sociedades com longa tradição escrita, história literária e um sistema educacional, está ligada a uma concepção bastante específica. Essas sociedades se acostumaram a ter a seguinte ideia de língua:

(...) um conjunto muito particular de pronúncias, de palavras e de regras gramaticais que foram cuidadosamente selecionadas para compor o que vamos chamar nesse livro de norma-padrão, isto é, o modelo de língua 'certa', de 'bem falar' que, nessas sociedades, constitui uma espécie de tesouro nacional, de patrimônio cultural (...) (Bago, 2007, p. 35).

Seguindo essa definição de língua preconizada, a norma-padrão é entendida como o modelo ideal da língua, considerado socialmente superior, ao passo que todas as outras formas de falar são tidas como desvios, erros ou formas inferiores de expressão.

Nessa concepção, a língua é considerada um produto social, homogêneo, artificial e fixo, cujas regras estão registradas nos dicionários e nas gramáticas. Assim, tudo que destoe dessa visão é classificado pelos ditos “letrados” como “errado” ou “incorreto”.

No entanto, para os linguistas, essa é apenas uma das formas possíveis de expressão da língua, seja ela falada ou escrita. Eles entendem a língua como algo intrinsecamente heterogêneo, múltiplo, variável e em constante transformação.

Essa dinâmica se deve ao fato de que a língua está em contínuo contato com as forças sociais. Labov (2008, p. 21) destaca que, sobre o desenvolvimento de uma mudança sociolinguística: “(...) as pressões sociais estão operando continuamente sobre a língua, não de algum ponto remoto do passado, mas como uma força social imanente agindo no presente vivo”.

A intenção dos linguistas não é estigmatizar a visão dos tradicionalistas, mas sim ampliar o olhar sobre a língua — e, por que não dizer, sobre as línguas. Vivemos em um país com grande diversidade étnica, racial, social e cultural; tentar enquadrar todos os sujeitos da aprendizagem dentro de uma única forma de língua é negar o direito à existência de tantas outras formas de expressão circulantes no país.

Considerando essa perspectiva sociolinguística e das variações linguísticas, encontramos respaldo na própria legislação educacional brasileira. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), desde os seus primórdios, e recentemente a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), incorporam na disciplina de língua portuguesa, como objeto de ensino, as variedades linguísticas, para o desenvolvimento das competências de leitura e escrita, sendo o professor responsável por adotar práticas pedagógicas que contemplem o respeito e a análise da diversidade de usos, e não a condenação dos ditos “erros” da norma-padrão.

Como nos afirma Bagno (2007): “A língua é um enorme iceberg flutuando no mar do tempo, e a gramática normativa é a tentativa de descrever apenas uma parcela mais visível dele, a chamada norma culta.” (p. 9)

A afirmação de Marcos Bagno torna-se inquestionável, diante da grandiosidade da língua e sua diversidade. Continuar tentando enquadrá-la pode ser considerado um erro pedagógico e social, pois seria uma perda irreparável não aproveitar todas as formas de expressão humana.

A linguística, especialmente a sociolinguística, valoriza a diversidade e trabalha para desconstruir o preconceito linguístico. Para isso, Bagno (2007, p. 25) propõe o conceito de “mitologias do preconceito linguístico” que são ideias disseminadas socialmente como verdades absolutas. Entre elas, destacam-se afirmações como: “brasileiro não sabe português”, “as pessoas sem instrução falam tudo errado”, “o certo é falar assim porque se escreve assim” ou ainda “é preciso saber gramática para falar e escrever bem”. Tais afirmações fortalecem uma visão elitizada e sustentam o preconceito linguístico.

Essas afirmações reforçam o que Bagno (2007, p.109) chama de “círculo vicioso do preconceito linguístico”, com quatro pilares principais: “a gramática tradicional, o ensino tradicional, os livros didáticos e os comandos

paragramaticais”. O autor define ironicamente esse sistema como “epidemia saudável”, por ter reforçado a ideia de superioridade da norma-padrão.

É fundamental frisar que, embora se reconheça a dimensão social da língua, é preciso dar a devida ênfase a essa característica. Nas palavras de Labov (2008, p. 302), “Todo linguista reconhece que a língua é fato social, mas nem todos dão a mesma ênfase a esse fato”.

Segundo Bortoni-Ricardo (2017, p.155):

A sociolinguística é uma ciência que nasceu preocupada com o desempenho escolar de crianças oriundas de grupos sociais ou étnicos de menor poder econômico e cultura predominantemente oral. Seu desenvolvimento foi pautado por dois princípios: o relativismo cultural e a heterogeneidade linguística inerente e sistemática.

Seguindo esses princípios, a sociolinguística defende que, no relativismo cultural, as línguas em uso de uma comunidade não deveriam ser consideradas inferiores, e em relação à heterogeneidade, toda língua natural é marcada por variação que não é assistemática, ela possui uma estrutura e serve como meio de comunicação entre os falantes. A valorização do estudo da sociolinguística torna-se parte de uma reparação histórica, desmitificando especialmente o preconceito linguístico.

A língua, nesse contexto, tem sido utilizada como um mecanismo de exclusão e opressão. Ao desvalorizar as formas de fala associadas às classes populares, a escola — muitas vezes sem perceber — reforça estigmas sociais e limita as possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos. Como destaca Bagno (2007), a crença de que “o domínio da norma culta é um instrumento de ascensão social” ignora o fato de que, em muitos casos, o preconceito linguístico serve justamente para impedir essa ascensão.

A linguística tem por objetivo ampliar os olhares sobre a língua, valorizando todas as outras formas de expressão que, por muito tempo, foram desconsideradas e tratadas como inferiores. E é importante salientar que esse desprezo pela diversidade tem um pano de fundo: a continuidade da opressão sobre classes sociais menos favorecidas e com pouco ou nenhum acesso aos bens culturais.

A língua, como mecanismo opressor, foi utilizada por muito tempo para diminuir ou menosprezar a maior parte dos falantes de nosso país. Na própria história da educação formal, por muito tempo, somente os filhos da nobreza

tinham o direito de estudar — e, de alguma forma, ainda temos resquícios dessa realidade, especialmente quando negamos aos estudantes o direito de se expressar de forma espontânea. Como dito anteriormente, os linguistas não têm como objetivo extinguir a norma-padrão, mas sim valorizar todas as formas de expressão humana. Dessa forma, acreditamos que a língua, em sua diversidade, deve ser respeitada e amplamente estudada para melhor ser compreendida.

Nesse sentido, oportunizar aos estudantes a expressão espontânea não deve invalidar, mas sim complementar, o ensino da norma-padrão como mais uma das variações linguísticas, e não a única ou superior. É fundamental que a escola ensine que a adequação comunicativa depende de múltiplos fatores (público, local, situação social, atividade).

Priorizar a espontaneidade da língua em seu ambiente natural e, ao mesmo tempo, ensinar o domínio das diversas variações é o caminho para o desenvolvimento de falantes autônomos e independentes. Ao contrário do que se propagou por muito tempo, a postura de invalidar atos de fala espontâneos e tratar a norma-padrão como a única forma “certa” mostrou-se ineficaz e, em muitos casos, prejudicial, inibindo a expressão oral dos alunos por medo de correções públicas e expondo a falha desse *modus operandi* pedagógico em cumprir seu papel de formar sujeitos com domínio pleno de diversidade da língua.

De acordo com Bortoni-Ricardo (2017, p. 159), o risco de estigma social é real, o que exige responsabilidade do professor:

Os alunos que não receberam avaliação de seus professores quanto ao que falaram ou escreveram, respeitando (ou não) os preceitos gramaticais consagrados e louvados no Brasil, estarão sujeitos a críticas e estigma social. Têm os professores, portanto, de ficar alerta à produção linguística de seus alunos em sala de aula promovendo os ajustes necessários, de forma sempre muito respeitosa, nos termos de uma pedagogia culturalmente sensível.

A abordagem sociolinguística fundamenta os documentos oficiais de ensino no Brasil, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), eles orientam o professor a reconhecer a diversidade linguística como sendo intrínseco à língua e o combate ao preconceito linguístico na sala de aula, para que o aluno exerça sua plena cidadania.

Neste primeiro momento, estabelecemos o aparato teórico para compreensão da variação linguística e o combate ao preconceito. No entanto, o grande desafio é incorporar esses conhecimentos nas práticas pedagógicas no ambiente escolar. Dessa forma, o sucesso do trabalho com a variação linguística depende da assimilação dos conhecimentos conceituais, amplamente discutidos na linguística e na sociolinguística, e de como os professores efetivam nas suas salas de aula.

Na próxima seção, analisaremos a presença ou a ausência desses fundamentos nas práticas pedagógicas e o papel da formação docente e/ou continuada no enfrentamento da ideologia da língua única.

3. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E VARIAÇÃO LINGUÍSTICA: ENTRE A TEORIA E A REALIDADE DA SALA DE AULA

Diante desse contexto teórico que define a língua como fenômeno social e variável, esta seção se volta para a análise da realidade do ensino, investigando a relação entre conhecimento acadêmico e as práticas pedagógicas dos professores de língua portuguesa.

O principal desafio reside em compreender se os conhecimentos adquiridos durante a formação acadêmica e/ou continuada são efetivamente aplicados nas aulas de língua portuguesa, considerando que os professores, além dos desafios da própria prática, se deparam com um contexto escolar frequentemente normativo e prescritivo, ancorado nos padrões tradicionais de ensino.

Nesse sentido, a atuação do professor de língua portuguesa na sala de aula deve transcender a mera transmissão de regras gramaticais. É nesse espaço que o docente tem como responsabilidade ampliar a visão da língua, para uma dimensão social, inclusive combatendo o preconceito linguístico. Como nos afirma Bagno (2002, p. 70), “cabe também ao professor de língua apresentar os valores sociais atribuídos a cada variedade linguística”.

É de fundamental importância reconhecer que a escola, por vezes, é o lugar que acaba reforçando a ideologia de uma língua única. Essa ideologia apregoa que existe uma única forma correta de falar e escrever, e que todas as outras são “erradas”, este acaba sendo o maior obstáculo para a inserção da

variação linguística como prática pedagógica. De acordo com Bagno (2002, p. 70), “O preconceito linguístico vivo e atuante é uma realidade inegável no Brasil. Explicitar, explicar e combater esse preconceito é uma das tarefas incontornáveis da educação linguística”.

A permanência dessa ideologia da língua única fixa ainda mais a exclusividade da norma padrão, como sendo soberana sobre a diversidade de variações linguísticas. Sendo as variações linguísticas tratadas como “erros”, se ignorando totalmente o fato de a linguagem ser dinâmica e viva, esse tipo de rigidez não se sustenta cientificamente.

Segundo Bagno (2002, p. 72),

Já está mais do que comprovado que, do ponto de vista exclusivamente científico, não existe erro em língua, o que existe é variação e mudança, e a variação e a mudança não são erros de percurso: muito pelo contrário, elas são constitutivas da natureza mesma de todas as línguas humanas vivas.

Fica evidente que a valorização excessiva da norma padrão sobre as demais variedades linguísticas não se baseia em critérios linguísticos, mas sim em questões políticas e sociais, visando à preservação de uma classe social de prestígio e a inferiorização das demais. Ao reforçar esse padrão no ensino da língua, a escola acaba se colocando a serviço da elite, o que intensifica o preconceito linguístico. Como nos afirma Gnerre (*apud* Bagno, 2002, p. 74), de acordo com o ponto de vista sociológico e antropológico, numa avaliação estritamente baseado no valor social do falante: “uma língua ou variedade de língua vale o que valem seus falantes”.

Diante dessa confirmação, torna-se evidente que a escolha e a supervalorização de uma variedade linguística de prestígio e única estão a serviço de uma elite letrada. Todo o seu prestígio não consiste em atributos linguísticos, mas sim em seu caráter social e político, inclusive de dominação histórica. “Foi em razão de seu prestígio entre os letrados que a norma culta/comum/standard das línguas europeias ocidentais modernas foi gramatizada, isto é, passou a ser objeto de gramáticas e dicionários.” (Faraco, 2008, p. 72).

Partindo dessa análise histórica e social da língua, nossa discussão será a prática do professor em sala de aula. O docente tem duas grandes responsabilidades: a de garantir o domínio da norma-padrão (acadêmico e

social) e o respeito a variação linguística dos alunos (combate ao preconceito linguístico). Cada uma dessas responsabilidades é de extrema importância, pois valida a diversidade cultural, histórica e social do nosso país.

No entanto, algumas instituições educacionais ainda insistem numa educacional retrógrada, tradicional e pouco funcional. Como nos diz Bagno (2002, p. 80), “O ensino de língua nas escolas fundamentais e médias parecia ter, tradicionalmente, dois objetivos igualmente irracionais: formar professores de português ou então formar escritores e poetas”.

O papel da educação básica e do ensino médio não é formar professores de português, muito menos escritores e poetas. A tarefa da educação é desenvolver a competência comunicativa e social da língua, sendo a norma-padrão apenas mais um desses conhecimentos.

Segundo Bagno (2002, p. 80),

O objetivo da escola, no que diz respeito à língua, é formar cidadãos capazes de se exprimir de modo adequado e competente, oralmente e por escrito, para que possam se inserir de pleno direito da sociedade e ajudar na construção e na transformação dessa sociedade – é oferecer a eles uma verdadeira educação linguística.

Tal educação linguística, conforme proposta por Bagno (2002), está solidamente fundamentada e seus princípios foram incorporados aos documentos oficiais que regem a educação no Brasil, como o PCN e a BNCC. Diante dessa premissa, as práticas pedagógicas necessitam de atualização urgente: devem deixar de ser estritamente centrada na norma-padrão para, de fato, contemplar as variações linguísticas e combater o preconceito linguístico. Somente assim, a escola cumpre seu papel de formar cidadãos competentes, oralmente e por escrito, aptos a circular nos diversos contextos sociais.

De acordo com Bagno (2002, p. 81), dentro do ABC do ensino de língua, proposto por ele, a educação linguística eficaz possui “quatro motores principais”:

No plano (B) aparecem os quatro motores principais que, nesta proposta, devem impulsionar o ensino-aprendizagem da língua na escola: (i) o estudo da variação linguística, (ii) a prática da reflexão linguística sistemática e consciente (por meio da pesquisa), (iii) o desenvolvimento constante, ininterrupto das habilidades de leitura e escrita, e (iv) o estudo dos gêneros textuais (orais e escritos).

Com a adoção desses “quatro motores” no ensino-aprendizagem da língua na escola, proposto por Bagno (2002), o professor consegue superar o

paradigma de língua única, oferecendo ao aluno meios de refletir sobre a linguagem e a competência comunicativa nos seus diversos níveis. Assim, a escola e o ensino promovem a inclusão e combatem, ativamente, o preconceito linguístico.

Para que essa proposta de fato se concretize na sala de aula, é indispensável analisar as práticas pedagógicas e didáticas consolidadas na literatura acadêmica, tal aspecto será o enfoque da próxima seção.

4. ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS PARA O COMBATE AO PRECONCEITO LINGUÍSTICO: CONTRIBUIÇÕES DA LITERATURA ACADÊMICA

Diante da compreensão de que o ensino da língua portuguesa detém um papel importante na formação de cidadãos críticos e reflexivos sobre a diversidade, o grande desafio nas práticas pedagógicas é transformar esses princípios em ação efetiva em sala de aula. Torna-se, portanto, necessário investigar estratégias didáticas capazes de transformar a teoria sociolinguística em prática, inserindo a variação linguística como componente basilar no currículo, dada a sua importância no combate ao preconceito linguístico.

Segundo Bortoni-Ricardo (2017, p.24) sobre a heterogeneidade da língua,

No Brasil de hoje são falados por volta de 200 idiomas. As nações indígenas do país falam cerca de 180 línguas (chamadas de autóctones), e as comunidades descendentes de imigrantes cerca de 30 línguas (chamadas de línguas alóctones). (...) Finalmente, há uma ampla riqueza de usos, práticas e variedades no âmbito da própria língua portuguesa falada no Brasil, diferenças essas de caráter diatópico (variações regionais) e diastrático (variações de classes sociais) pelo menos. Somos, portanto, um país de muitas línguas, tal qual a maioria dos países do mundo – em 94% dos países são faladas mais de uma língua.

Diante desses dados, que revelam a heterogeneidade linguística no Brasil e no mundo, fica evidente a importância de abordar as questões relativas ao preconceito. A pluralidade de línguas e variedades exige uma abordagem pedagógica que tenha como componente basilar a variação linguística, com o objetivo de formar cidadãos autônomos nos diversos contextos sociais.

A relevância dessa abordagem é justificada pela própria natureza do objeto de estudo. Bortoni-Ricardo (2017, p.26) ressalta que a variação linguística é um fenômeno natural, inerente à língua e inevitável em qualquer língua viva, sendo fundamental para a sociolinguística. A autora aborda, ainda, que essa variação transcende o campo linguístico, pois “a variação linguística é uma marca identitária que define grupos sociais, étnicos e até políticos”.

Tal compreensão, sobre a variação linguística ser um fenômeno inerente à língua e uma marca identitária, confirma a necessidade de uma nova direção para o ensino da língua portuguesa. Os primeiros passos para essa mudança de rota são reconhecer a pluralidade da fala, e a integração da análise linguística e do combate ao preconceito linguístico de forma sistemática no currículo, consequentemente valorizando a diversidade. A efetivação dessa nova direção somente se concretiza quando o aluno consegue ter autonomia nos diversos contextos comunicativos. Desse modo, o professor necessita expandir as estratégias didáticas com gêneros textuais e uma multiplicidade de letramentos.

A inevitabilidade da variação linguística é um princípio fundamental para Marcos Bagno (2015), que confronta a visão estática e prescritiva ainda dominante no sistema educacional. O autor estabelece que não se pode estudar a língua como um objeto estático no tempo e no espaço, comparando-a a um rio fluindo com a correnteza: “... a língua muda com o tempo, segue seu curso, transforma-se’ (p. 143). A ignorância dessa natureza dinâmica no eixo curricular resulta em graves consequências, sendo mantida por um mecanismo que ele denomina “Santíssima Trindade”, conforme detalhado a seguir.

O preconceito linguístico é mantido e propagado na sociedade brasileira por um ciclo vicioso composto por três elementos centrais: a gramática tradicional, os métodos tradicionais de ensino e os livros didáticos, sendo todos responsáveis por perpetuar os mitos sobre a língua.

Segundo Bagno (2015, p. 109), o ciclo se forma de maneira fechada: “a gramática tradicional inspira a prática de ensino, que por sua vez provoca o surgimento da indústria do livro didático, cujos autores – fechando o círculo – recorrem à gramática tradicional como fonte de concepções e teorias sobre a língua”. A base desse sistema é a gramática tradicional, que, com sua vertente normativo-prescritiva, continua exercendo uma influência muito forte.

A doutrina gramatical tradicional é a raiz ideológica do problema e a principal consequência da ignorância da variação no currículo: “A doutrina gramatical tradicional, cristalizada nos compêndios normativos, é a fonte de onde jorra, há mais de dois mil anos, o conjunto de mitos que configuram a ideologia do preconceito linguístico” (Bagno, 2015, p. 114).

Apesar de todas as críticas à abordagem tradicional terem tornado o ambiente escolar mais democrático, e de o Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) contribuir para a revisão das formas tradicionais de elaboração dos materiais, o apego ao modelo tradicional persiste. De acordo com Bagno (2015), os livros didáticos até têm reconhecido a variação, mas continuam apegados ao modelo. O motivo disso acontecer é que o preconceito se impregna na mentalidade das pessoas, e se torna constitutiva das ideologias do sujeito.

Essa ideologia é amplificada por um quarto elemento do ciclo vicioso: os comandos paragramaticais (meios de comunicação e recursos da informática). Embora pudessem ser um mecanismo de divulgação e respeito à variedade linguística, esses comandos acabam por perpetuar ainda mais o preconceito linguístico e social. Tal perpetuação encontra reforço nos autores: Napoleão Mendes de Almeida e Luiz Antonio Sacconi, que, com seus discursos, propagam não somente o preconceito linguístico, mas também o preconceito social das populações marginalizadas.

O objetivo de Bagno é que o tratamento dado à norma-padrão como língua única seja aniquilado, pois ela não se constitui como verdade; a norma-padrão tem sua importância e funcionalidade, mas não é única. A mudança é possível, mas lenta, e exige que o sujeito se reconheça como preconceituoso e corresponsável pela manutenção desse mecanismo opressor.

A destruição do preconceito linguístico perpassa a desconstrução da ideia de uma “língua única”, que exige para além de reconhecer a variação linguística, necessitando de um estudo rigoroso do conceito de norma. Para essa finalidade, é necessário demarcar os limites entre o uso real da língua e a sua idealização historicamente preconceituosa. É nesse cenário que Faraco (2008, p. 70) propõe uma distinção entre norma culta e norma-padrão.

Segundo Faraco (2008, p. 71) a norma culta/comum/standard a partir da observação sociolinguística do uso: “(...) designa o conjunto de fenômenos

linguísticos que ocorrem habitualmente no uso dos falantes letrados em situações mais monitoradas de fala e escrita.”

Embora essa variedade possua vínculo com as práticas letradas, e por isso tenha obtido um prestígio social, ela é apenas mais uma variedade no sistema linguístico. Como ressalta o autor, “a língua é em si o conjunto das variedades”. (Faraco, 2008, p. 71). Sendo assim, a norma dita culta é, portanto, apenas uma dessas variedades com funções socioculturais bem específicas. Foi exatamente esse uso, que fez a norma culta ser objeto das gramáticas e dicionários, para descrição do uso. (Faraco, 2008, p. 72).

Em contrapartida ao uso real da língua, a norma-padrão não é uma variedade da língua, mas sim um modelo codificado e abstrato, para fins de regulação. Segundo Faraco (2008, p. 73), a norma-padrão: “É uma codificação relativamente abstrata, uma baliza extraída do uso real para servir de referência, em sociedades marcadas por acentuada dialeção, a projetos políticos de uniformização linguística”.

De acordo com Faraco (2008), a norma-padrão funciona como uma baliza de referência, sendo uma codificação abstrata de caráter político. Embora seja extraída da variedade culta da língua, seu principal objetivo é a uniformização linguística em países de grande diversidade, atuando como o código prescritivo para uso oficial.

Faraco denomina de “sacralização excludente”, a confusão ideológica entre a norma culta (uso real) e a norma-padrão (modelo codificado). O grande problema é quando a norma-padrão é imposta como verdade absoluta e não como um modelo de referência, tornando-se um instrumento de exclusão social e preconceito por desvalorizar todas as demais variedades da língua. Esse preceito alimenta o mecanismo ideológico que a seção anterior, sobre estratégias didáticas, se propôs a combater.

Ainda que as bases teóricas da ideologia da norma, expostas por Bagno (2015) e Faraco (2008), estabeleçam fundamentos para transformações no ensino, a efetivação desses fundamentos precisa chegar nos espaços educacionais, ou seja, na escola e no ambiente acadêmico. É essencial avaliar os avanços e desafios desses pressupostos na formação docente das últimas pesquisas na área, como veremos na próxima seção.

5. METODOLOGIA

O presente estudo adota uma abordagem qualitativa, focada na compreensão da relação entre a teoria sociolinguística e a prática pedagógica docente. O delineamento metodológico é híbrido, combinando a construção de um arcabouço teórico com um mapeamento sistemático de teses e dissertações, um estudo do estado da arte na área de letras português.

A revisão bibliográfica visou estabelecer o marco teórico do artigo para a posterior análise dos dados empíricos. O foco da análise concentrou-se na sociolinguística e na formação inicial e continuada do professor. O arcabouço teórico contemplou os autores: Bagno (2007, 2015), Bortoni-Ricardo (2017) e Faraco (2008), essenciais para a definição de conceitos de variação linguística, preconceito linguístico, sociolinguística, língua etc.

Foi realizado um mapeamento sistemático de teses e dissertações defendidas no período de 2021 a 2025, com abrangência dos últimos cinco anos de produção acadêmica. A coleta de dados foi realizada exclusivamente na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), principal base de dados de produção da pós-graduação nacional. O critério de inclusão limitou-se a trabalhos completos que contemplassem as seguintes temáticas: preconceito linguístico, formação docente e/ou de professores de língua portuguesa, variação linguística e sociolinguística.

A busca sistemática utilizou os seguintes descritores (palavras-chave), aplicadas de forma separada e combinadas na plataforma BDTD: a) "preconceito linguístico formação docente" (n=36), "sociolinguística na formação de professores" (n=68) e "variação linguística na sala de aula" (n=78). A busca combinada dos descritores resultou em 04 trabalhos. Desses totais, aplicamos o critério de refinamento e selecionamos os trabalhos com maior alinhamento ao artigo.

O objetivo do mapeamento foi analisar como essa literatura acadêmica tem contribuído para a formação de professores de língua portuguesa, com ênfase na identificação e na sistematização de propostas de intervenção pedagógica voltadas para o combate ao preconceito linguístico e a valorização das variedades.

Os dados dos trabalhos foram submetidos à análise qualitativa com base nos pressupostos da análise temática, visando a validação das hipóteses teóricas. Foram analisados primariamente: os resumos e as considerações finais.

O processo de análise buscou especificamente: a) Investigar a presença dos conceitos de preconceito linguístico nos processos formativos e nas práticas pedagógicas; b) Analisar as estratégias e propostas pedagógicas e c) Examinar a influência da literatura acadêmica na diversidade linguística para superação do ensino tradicional.

O método permitiu a identificação de tendências, convergências e lacunas na produção acadêmica recente, as quais foram organizadas e apresentadas no quadro 1:

Quadro 1: Panorama de teses e dissertações sobre variação linguística e formação docente (2021–2025)

ANO	AUTORA(O)	TIPO	UNIVERSIDADE	REGIÃO	FOCO TEMÁTICO	TÉCNICA DE COLETA
2025	Silva, Maria N. F. da	Dissertação	UFRRJ	Sudeste	Ensino de tópico gramatical (concordância de verbos intransitivos) na perspectiva variacionista	Pesquisa-ação; Intervenção didática; Análise de dados de sala de aula.
2024	Espíndola, Luciana	Dissertação	UNIOESTE	Sul	Ensino de variação linguística na EJA (educação de jovens e adultos) por meio da análise de gêneros textuais formais (formulários).	Pesquisa-ação; Proposta didática; Análise do contexto sociolinguístico.
2024	Verdi, Silvia E.	Tese	UFSC	Sul	Formação continuada de professores: avaliação de conhecimentos sociolinguísticos e proposta de curso de intervenção.	Entrevistas; Análise documental (cursos); Roda de conversa.
					Pedagogia da	

2024	Calicchio, Fátima C.	Tese	UEL	Sul	variação linguística no ensino de gramática: revisão da prática na formação docente.	Análise documental/teórica; Proposta pedagógica.
2024	Ponciano, Silmara A.	Dissertação	UENP	Sul	Proposta metodológica (histórico-crítica) para a abordagem da variação linguística em sala de aula.	Proposta pedagógica/metodológica
2024	Souza, Simone A. de	Dissertação	UNIOESTE	Sul	Análise dos processos fonológicos (variação oral) em produções escritas para subsidiar a prática docente.	Análise documental (registros gráficos); Linguística.
2023	Alberty, Adriely	Dissertação	UEPG	Sul	Superação da dicotomia teoria- prática: formação de professores para a ação docente contra o preconceito linguístico.	Qualitativa; Entrevistas; Análise de crenças.
2022	Zanatta, Flávia	Tese	UFES	Sudeste	Percurso formativo de licenciandos: construção de conhecimentos sobre variação linguística e cenário normativo.	Qualitativa; Estudo de caso; Entrevistas/questionários.
2022	Vasconcelos, Vangela do C. O.	Tese	UnB	Centro- oeste	Formação de educadores do campo: sociolinguística, letramentos e ação docente.	Qualitativa e etnográfica crítica.
2021	Lima, Flavio C. R. de	Dissertação	UFES	Sudeste	Ensino de tópicos gramaticais específicos (concordância verbal: ter, haver, existir) via aprendizagem colaborativa.	Proposta de mediação didática; Análise documental.
2021	Anversa, Suelen de M.	Dissertação	UFRRJ	Sudeste	Investigação das crenças sobre a escrita e proposta de reposicionamento metacognitivo para a produção	Pesquisa qualitativa; Diagnóstico de crenças; Proposta didática.

					textual.	
2021	Bastos, Jéssica M.	Dissertação	UFPA	Norte	Proposta didática com jogos digitais para ensino de ortografia na perspectiva da sociolinguística interacionista e multiletramentos.	Desenvolvimento de produto educacional; Pesquisa aplicada.
2021	Santos, Daniela M. A. dos	Dissertação	UFRRJ	Sudeste	Ensino de tópico gramatical específico (concordância nominal) na perspectiva variacionista no 6º ano.	Análise documental (livros didáticos); Proposta de mediação didática.
2021	Silva, Jaqueline F. da	Dissertação	UFU	Sudeste	Proposta didática de pesquisa sociolinguística em sala de aula: formação do aluno-pesquisador na educação básica.	Qualitativa; Pesquisa bibliográfica e documental (BNCC).
2021	Salvini, Rafaella	Dissertação	UFMG	Sudeste	Práticas pedagógicas com variação no ensino médio: investigação e aplicação da sociolinguística educativa.	Qualitativa; Estudo de caso; Análise de aulas/intervenção.

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados da BDTD (2025).

Assim, o quadro sistematiza o levantamento de teses e dissertações defendidas, organizando os trabalhos por ano, autoria, tipo, instituição de defesa, região, foco temático principal e técnica de coleta.

6. ANÁLISE DOS DADOS

O levantamento sistemático de teses e dissertações na BDTD, no período de 2021 a 2025, confirmou as questões levantadas na fundamentação teórica do artigo, com base em dados empíricos.

De acordo com a análise, o grande desafio a ser superado é a dicotomia entre o conhecimento teórico da sociolinguística e sua efetivação na prática pedagógica dos professores de língua portuguesa. Nesse artigo, estabelecemos bases teóricas sobre a variação linguística e o preconceito linguístico, conforme afirmam Marcos Bagno (2007) e Stella Maris Bortoni-Ricardo (2017). Tais bases são corroboradas pelas evidências nos trabalhos selecionados no quadro 1.

No que se refere às pesquisas, existem alguns pontos importantes a serem salientados: os estudos citados na tabela foram realizados em sua maioria nas regiões Sul e Sudeste, com exceção de duas, uma na região Norte e outra na região Centro-Oeste. Outro dado bastante importante é que a maioria das pesquisas foram desenvolvidas no Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS), incluindo as dissertações de: Silva (2025), Espíndola (2024) e Souza (2024).

O PROFLETRAS contempla os professores em exercício, e é nele que os docentes utilizam em suas pesquisas a pesquisa-ação ou produção de material didático para abordar a análise linguística e suas variações em sala de aula. Esse dado é altamente relevante, visto que as pesquisas apontam como uma das maiores dificuldades do docente a de colocar em prática os princípios da análise linguística. Nesse sentido, o mestrado cumpre seu papel de formação continuada/especialização, sendo a formação continuada citada como um ponto emergente e urgente nas pesquisas, devendo ser não somente teórica, mas reflexiva e prática.

As pesquisas mencionadas e analisadas indicam a necessidade de reformulação dos documentos oficiais Parâmetro Curriculares Nacionais (PCN) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), bem como dos livros didáticos. De acordo com os pesquisadores, esses materiais abordam a variação linguística e o preconceito linguístico, mas de forma muito sutil, sendo insuficiente para oferecer o respaldo necessário aos docentes em suas práticas

pedagógicas. A persistência da ideologia da língua única, com foco na gramática normativa, é um fator que também corrobora com essas dificuldades.

Verificamos que o conhecimento teórico, por vezes não é efetivado na prática dos docentes, resultado da manutenção do círculo vicioso do preconceito linguístico (Bagno, 2007). Como podemos observar no trabalho de Alberty (2023), intitulado “Superação da dicotomia teoria-prática: formação de professores para a ação docente contra o preconceito linguístico”. O principal resultado do estudo mostra que os professores possuem, em sua maioria, o conhecimento teórico sobre a variação linguística e o preconceito linguístico, todavia sentem dificuldade em incorporar esses conhecimentos em suas práticas pedagógicas, além da dificuldade de separar o ensino de língua portuguesa dos métodos tradicionais. Alguns professores por resistência, outros por comodidade, entre outros motivos.

Segundo o trabalho de Alberty, podemos encontrar nos dados de sua pesquisa a necessidade urgente de uma pedagogia culturalmente sensível (Bortoni-Ricardo, 2017, p. 159).

Essa urgência de transformação da teoria em prática, torna-se visível no grande volume de pesquisas que utilizam a pesquisa-ação e a intervenção didática (Quadro 1), como os trabalhos de Silva (2025) e Espíndola (2024).

A preferência por essa metodologia reflete diretamente a realidade da escola e a necessidade urgente de mudar os métodos de ensino. Além disso, demonstra o interesse dos professores-pesquisadores em criar e aplicar técnicas que sistematizem a reflexão sobre a variação linguística (Bagno, 2002) e promovam o combate ao preconceito linguístico, superando, assim, os métodos tradicionais baseados apenas em regras.

As pesquisas apontam a formação, seja ela acadêmica ou continuada, como responsável por combater a supervalorização da norma-padrão. Essa perspectiva é validada pela tese de Verdi (2024), focada na “Formação continuada de professores: avaliação de conhecimentos sociolinguísticos e proposta de curso de intervenção”, e pela tese de Zanatta (2022), que analisa o “Percurso formativo de licenciandos”. Ambos os estudos confirmam a importância de os processos formativos não serem apenas teóricos (considerados insuficientes), mas sim reflexivos e interventivos. Os processos formativos com essas características são capazes de transformar as crenças e

os valores dos docentes, alinhando-se à responsabilidade social que Bagno (2002) defende para a valorização das variedades linguísticas.

Por fim, o panorama das pesquisas atuais, aponta para a superação da dicotomia teoria-prática no ensino de língua portuguesa, exigindo que o foco seja a formação acadêmica ou continuada, de forma reflexiva e interventiva.

Um dado relevante do levantamento sistemático é a alta concentração de dissertações e teses desenvolvidas no Mestrado Profissional de Letras (PROFLETRAS), inclusive não seria o foco inicial do artigo, mas apareceu como resultado de pesquisa. O programa é voltado para professores de língua portuguesa em exercício, surge como formação continuada interventiva, comprovando a essencialidade de abordagens reflexivas e práticas. As pesquisas do programa utilizam preferencialmente a pesquisa-ação e a produção de materiais didáticos, impulsionando o docente-pesquisador a criar e aplicar os materiais em suas aulas, com o objetivo de promover a reflexão sobre a linguagem e combater o preconceito linguístico.

Esses dados validam a conclusão do artigo de que as formações iniciais ou continuadas, quando convergem para uma prática reflexiva e interventiva, são essenciais para transformar as crenças e a prática docente, promovendo a valorização social das variedades linguísticas.

As pesquisas convergem na crítica à insuficiência do suporte institucional para o trabalho com a variação. Os pesquisadores apontam que os documentos oficiais (BNCC/PCN) e os livros didáticos abordam a diversidade linguística de forma superficial e sutil; contudo, não provêm o respaldo interventivo necessário, o que impede que o docente se desvencilhe dos métodos tradicionais de ensino. A concentração geográfica das pesquisas nas regiões Sul e Sudeste, com uma no Centro-Oeste e outra no Norte, sugere uma lacuna na produção científica em outras regiões do país.

Em resposta aos desafios elencados nesse artigo, as teses e dissertações apontam para algumas direções: priorizar as formações iniciais e continuadas de natureza reflexiva e interventiva, com o objetivo de transformar as crenças e os valores dos docentes, e não somente adicionar conhecimento teórico. (Verdi, 2024; Zanatta, 2002). Adotar metodologias ativas: uso de gêneros textuais, multiletramentos, pesquisa sociolinguística em sala de aula

etc, desenvolvendo a competência comunicativa e de pesquisa do aluno-pesquisador. (Silva, 2021; Bastos, 2021).

Conclui-se que, de acordo com o panorama teórico elencado nesse artigo, o conhecimento da literatura acadêmica, por si só, sobre variação e preconceito linguístico com base na sociolinguística não consegue realizar mudanças pedagógicas significativas, evidenciando a necessidade de uma formação continuada, com foco na prática reflexiva e interventiva, e a superação da ideologia de uma “língua única”, transformando a visão e a responsabilidade social dos professores em relação à diversidade da língua portuguesa no Brasil.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou analisar a contribuição da literatura acadêmica sobre preconceito linguístico na formação e nas práticas pedagógicas dos professores de língua portuguesa. A investigação, pautada na revisão bibliográfica da sociolinguística (Bagno, 2007; Bortoni-Ricardo, 2017; Faraco, 2008) e no mapeamento sistemático de teses e dissertações defendidas entre 2021 e 2025 na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), confirmou a tese central de que o mero conhecimento teórico não é suficiente para transformar a prática docente.

A visão geral da pesquisa mostrou uma discrepância entre a teoria sociolinguística e a prática pedagógica. Essa discrepância é motivada pela ideologia de uma “língua única” e pela crença dos docentes no ensino em seu modelo tradicional. A resistência estimula o círculo vicioso do preconceito linguístico, reforçando em conjunto as opressões sociais.

A análise minuciosa dos trabalhos selecionados concluiu que o suporte institucional é insuficiente para as práticas docentes, tendo em vista que os documentos oficiais (BNCC/PCN) e os materiais didáticos abordam a diversidade linguística de forma sutil, falhando em prover o respaldo interventivo necessário aos professores. Diante desse fato, a produção acadêmica recente demonstrou certa tendência à pesquisa-ação e à elaboração de propostas didáticas interventivas, com foco na revisão de tópicos gramaticais sob a ótica variacionista. (Silva, 2021; Bastos, 2021).

O Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS) emergiu como um fator determinante para o desenvolvimento de intervenções, comprovando a eficácia da formação continuada quando esta adota uma natureza reflexiva e prática. Conclui-se que a superação da dicotomia teoria x prática passa pela transformação das crenças e valores dos docentes, exigindo uma formação continuada, focado na prática reflexiva e interventiva.

Apesar da relevância dos achados, reconhecemos as limitações metodológicas deste trabalho, decorrentes da restrição da amostragem de teses e dissertações defendidas na BDTD no período delimitado (2021–2025) e do recorte geográfico, que em sua maioria contempla as regiões Sul e Sudeste, limitando a generalização dos resultados para um contexto brasileiro.

Os resultados desta pesquisa apontam para a possibilidade de futuras investigações, como o acompanhamento longitudinal das propostas didáticas e um mapeamento comparativo regional, contemplando as demais regiões do país, em periódicos e programas de Pós-graduação no Norte e no Nordeste.

Em suma, a educação linguística com o viés da variação linguística necessita que os docentes tenham formações continuadas, com práticas interventivas, constituindo-se em um processo contínuo. Isso garante que o professor cumpra seu papel de valorizar a heterogeneidade da língua e suas variações, combata o preconceito linguístico, capacitando indivíduos para o exercício da cidadania e a reflexão sobre o fenômeno linguístico.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6022**: informação e documentação: artigo em publicação periódica técnica e/ou científica: apresentação. Rio de Janeiro, 2018.

_____. **NBR 6028**: informação e documentação: resumo, resenha e recensão: apresentação. Rio de Janeiro, 2021.

ALBERTY, Adriely. **Uma via de mão dupla**: como formar futuros professores que consigam trabalhar com o preconceito linguístico na teoria e na prática em sala de aula? 2023. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2023.

ANVERSA, Suelen de Matos. **Crenças e a produção textual**: uma proposta pedagógica de introdução à escrita argumentativa a partir do reposicionamento

metacognitivo do sujeito-aprendiz. 2021. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2023.

BAGNO, Marcos. **Língua materna**: letramento, variação e ensino. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

_____. **Nada na língua é por acaso**: por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

_____. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz. 49. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

BASTOS, Jéssica Mendonça. **Proposta didática com jogos digitais para o ensino dos grafemas <c> e <ç> em contextos regulares diante de vogais não anteriores na perspectiva da alfabetização e dos multiletramentos**. 2021. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Manual de sociolinguística**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. Brasília: MEC, 2018.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Língua Portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CALICCHIO, Fátima Christina. **Formação docente e ensino de gramática**: por uma pedagogia da variação linguística na escola. 2024. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2024.

ESPÍNDOLA, Luciana. **Variação linguística na EJA**: uma proposta de trabalho com formulários em uma turma sociolinguisticamente heterogênea. 2024. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2024.

FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira**: desatando alguns nós. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. Tradução de Marcos Bagno, Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LIMA, Flavio Cosme Rocha de. **Estudo e uso de ter, haver e existir no ensino fundamental**: uma proposta de aprendizagem colaborativa. 2021.

Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2021.

PONCIANO, Silmara Aparecida. **Uma proposta histórico-crítica para abordagem da variação linguística em sala de aula**. 2024. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual do Norte do Paraná, Jacarezinho, 2024.

SALVINI, Rafaella. **A abordagem da variação linguística no processo de ensino e aprendizagem da língua portuguesa no ensino médio**. 2021. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

SANTOS, Daniela Maia Agostinho dos. **Ensino de concordância nominal de número no 6º ano do ensino fundamental numa perspectiva variacionista**. 2021. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2021.

SILVA, Jaqueline Freitas da. **A pesquisa sociolinguística na educação básica: contribuições para a formação do aluno-pesquisador da própria língua**. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021.

SILVA, Maria Nazaré Frazão da. **Ensino de concordância de verbos intransitivos no 8º ano do ensino fundamental sob a perspectiva variacionista**. 2025. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2025.

SOUZA, Simone Alves de. **Processos fonológicos em produções escritas de alunos do ensino fundamental: uma análise dos registros gráficos**. 2024. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2024.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Instituto de Economia. Biblioteca IE/CEDOC. **NBR 6023/2025: informação e documentação: referências - elaboração**. Elaborado por Alexandra Andrade. Campinas: UNICAMP, 2025. Disponível em: <https://www3.eco.unicamp.br/biblioteca/images/arquivos/NBR60232025Referencias.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2025.

VASCONCELOS, Vangela do Carmo Oliveira. **Letramentos e visão sociolinguística: o refletir e o agir na formação docente de povos do campo**. 2022. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, 2022.

VERDI, Silvia E. **Formação continuada de professores: avaliação de conhecimentos sociolinguísticos e proposta de curso de intervenção**. 2024. Tese (Doutorado em Linguística/Letras) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2024.

ZANATTA, Flávia. **Por um ensino produtivo de língua portuguesa a partir do cenário normativo brasileiro:** o percurso formativo de licenciandos em letras e a construção de seus conhecimentos sobre a interface ensino e norma linguística. 2022. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022.